

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.976 - SP (2019/0337844-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **JULIO CAIO SCHMID - ESPÓLIO**
ADVOGADO : **RAFAEL CAMILOTTI ENNES - INVENTARIANTE - SP281594**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**
PROCURADOR : **LUDMILA MAGALHÃES BARBOSA OLIVEIRA - SP304325**

EMENTA

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. NÃO PREENCHIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial do ESPÓLIO DE JÚLIO CAIO SCHMID contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no qual alega, além da ocorrência de divergência jurisprudencial, violação do art. 174 do CTN, discutindo a ocorrência de prescrição da pretensão executória de débitos de IPTU.

Contrarrazões apresentadas por MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS (fls. 481/494).
É o relatório. Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (fls. 438/441):

Cinge-se a controvérsia sobre a ocorrência de prescrição em execução fiscal ajuizada para cobrança de IPTU (exercícios 1997 a 2001), direcionada contra o espólio de Julio Caio Schmid, cujos créditos foram objeto de outra execução fiscal extinta sem resolução do mérito, pois ajuizada em face de pessoa falecida.

Nesse quadro, cabe indagar a respeito da eficácia interruptiva dos atos praticados na primeira execução fiscal.

Deduz-se do art. 219 do CPC/1973 4 , vigente à época, aplicado subsidiariamente por força do art. 1º da Lei n. 6.830/80, que a interrupção do prazo prescricional, em processo extinto sem resolução de mérito, não prescinde da ocorrência de citação válida.

Ora, no caso dos autos, diante da falta de atualização dos dados cadastrais do imóvel pelos herdeiros, havia aparência de correta propositura da execução, o que autoriza reconhecimento da interrupção da prescrição pela citação nos autos nº 0020200-14.2002.8.26.0566 (2603/2002).

Tanto assim que a inclusão do espólio no polo passivo foi inicialmente admitida, o que não obsteu posterior extinção da ação, com fundamento na Súmula 392 do STJ.

[...]

Não obstante o caso, aqui, não envolva dúvida objetiva sobre a legitimidade passiva nas execuções fiscais, os princípios da segurança jurídica e da razoabilidade, invocados no precedente, também se aplicam no caso dos autos, pois, devido à falta de atualização dos dados cadastrais do imóvel, a

exequente acabou induzida a erro ao propor as execuções em face de pessoa falecida.

Feita tais considerações, verifica-se que a execução fiscal nº 0020200-14.2002.8.26.0566 (autos nº 2.603/02), relativa à cobrança de IPTU de 1997 a 2001, foi distribuída em 06.02.2002 (fls. 70), interrompendo-se a prescrição pela citação, cujos efeitos retroagem à data da propositura.

A execução foi extinta com fundamento na Súmula 392 do Superior Tribunal de Justiça, sendo mantida a sentença por esta Corte, operando-se o trânsito em julgado em 30.1.2017 (fls. 90).

E como bem anotado pelo Juízo:

“(...) interrompido o prazo quinquenal, sabe-se que este somente começa a correr novamente a partir do trânsito em julgado da sentença que extingue a execução, sem julgamento do mérito, ou seja, quando consolidada a coisa julgada formal não impeditiva de nova propositura da ação.” Logo, considerando a data de ajuizamento da atual cobrança (30.11.2017), descabe falar de prescrição para os créditos de IPTU (exercícios de 1997 a 2001), anteriormente exigido na execução fiscal nº 2.603/2002.

A hipótese, portanto, é realmente de rejeição da exceção de pré-executividade.

Pois bem.

O recurso não pode ser conhecido.

Primeiro, no que se refere ao eventual descumprimento de norma do regimento interno do TJ/SP, a via do especial não serve à pretensão, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Segundo, conquanto o acórdão recorrido tenha afastado a ocorrência de prescrição, nota-se que a conclusão do órgão julgador deriva da premissa de a interrupção do prazo prescricional ocorreu em razão da "falta de atualização dos dados cadastrais do imóvel pelos herdeiros", mas não há tese recursal impugnando esse fundamento relevante. Assim, conhecimento do recurso encontra óbice na Súmula 283 do STF.

E, terceiro, porque "a citação válida é apta a interromper a prescrição, ainda que o processo tenha sido extinto por ilegitimidade da parte, ressalvando-se apenas as causas de inércia do autor previstas no art. 267, II e III, do CPC/73" (AgInt no REsp 1725885/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 18/06/2018).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. ARTIGO 267, II E III, DO CPC. EXCEÇÕES. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ILEGITIMIDADE DE PARTE. AFASTAMENTO.

1. O Tribunal de origem negou provimento à Apelação da autora ao argumento de que, com o ajuizamento da Ação Civil Pública 2006.34.00.033574-2, extinta sem julgamento de mérito por ilegitimidade ativa, não houve interrupção do prazo prescricional.

2. No entanto, é pacífica a jurisprudência deste Superior Tribunal no sentido de que a citação válida interrompe a prescrição, ainda quando extinto o processo sem julgamento de mérito, salvante em relação às hipóteses previstas nos incisos II e III do artigo 267 do CPC.

Superior Tribunal de Justiça

3. As demais teses defendidas em Agravo Regimental não foram analisadas pela instância a quo, motivo pelo qual delas não se pode conhecer, ante a ausência de prequestionamento.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1526671/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 05/08/2015)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator